

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

JOÃO VICTOR SOARDI

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATINHOS

2012

JOÃO VICTOR SOARDI

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

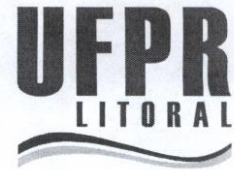
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS

2012



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 UFPR Litoral
 Curso de Especialização em Questão Social
 pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **HELENA MIDORI KASHIWAGI**, realizaram em 24/11/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **JOÃO VICTOR SOARDI**, sob o título "*Associação dos Estudantes da UFPR.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 24 de novembro de 2012.


 Prof.ª. Dra. Helena Midori Kashiwagi


 Prof. MSc. Elsi do Rocio Cardoso Alano


 Prof.ª. MSc. Rosilene Komarcheski


 JOÃO VICTOR SOARDI
 Estudante

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



RESUMO

O projeto foi direcionado para atender e buscar meios de solucionar a desigualdade social, voltado para o meio acadêmico, fomentar possíveis condições ao aluno de ampliar e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a relação de trabalho e renda da sociedade. Trata-se da elaboração de uma associação que possa atuar nos mais variados setores, públicos e privados, exercendo função de planejamento, gestão, execução e avaliação de projetos sociais, educacionais, ambientais, culturais e de saúde. Nomeada Associação dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, a AEUFPR procura formas alternativas de atividades para os estudantes e recém-formados da UFPR Litoral.

Palavras-chave: Associação. Desenvolvimento. Estudantes.

ABSTRACT

The project was directed to meet and find ways to solve social inequality, focused on the academic, possible conditions to encourage students to expand and improve their knowledge about the relationship of work and income in society. It is the development of an association that can act in various sectors, public and private, playing a key role in planning, management, implementation and evaluation of social, educational, environmental, cultural and health. Nominated Associação dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná AEUFPR seeks alternative forms of activities for students and recent graduates of UFPR Litoral.

Key-words: Association. Development. Students.

1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de educação emancipatória, autonomia intelectual, “o poder ir à luta”, quando analisados, atingem a todos e desperta o interesse e curiosidade do diferencial que é possível fazer com união e leitura. Os cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, instigam a busca continua da mobilização, a realização partilhada, apresentam diferenciados caminhos e várias formas de organizações elaboradas a partir da união, oferecendo suporte às pesquisas. Em temas abordados em etapas para adaptação do aluno; conhecer e compreender, após, compreender e propor e finalmente propor e agir.

Na fundamentação do conceito “Propor e Agir”, somos motivados a “Propor ações coerentes com o desenvolvimento territorial, fundamentada na articulação dos conhecimentos adquiridos e demandas dos atores territoriais.” Na fase de propor e agir o estudante é levado a “Identificar alternativas de desenvolvimento compatíveis com a disponibilidade de recursos territoriais e as demandas das comunidades locais; Contextualizar as questões do mundo, do trabalho e suas implicações na estrutura de produção e mercado do território” (UFPR Litoral, PPP, 2008).

Com a preocupação de atender demandas reais do litoral paranaense, surge a proposta do projeto, a elaboração de uma associação criada por estudantes, que vivem a realidade do local, alunos, formados, técnicos, que habitam a região, poderão se unir em uma organização, “Associação dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná” (AEUFPR), que apoia a cultura de cooperação e de partilha numa lógica de reforço e inovação das políticas de desenvolvimento local. Como afirma Freire (1987) que o povo precisa aprender a ler sua própria realidade e escrever sua própria história.

A possibilidade de contemplar projetos, editais com pesquisadores experientes, professores doutores, mestres, as propostas colaborativas a serem realizadas para associação influenciará os resultados esperados. A identificação e valorização do estudante pelo local e sua permanência ativa como agente de desenvolvimento é fundamental para o efetivo trabalho em conjunto com a comunidade. Promover, participar e organizar promoções de cunho cultural e social, registrar os projetos e dúvidas da comunidade para compreender e posteriormente propor, desenvolver ações para que efetivamente realizem – se.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Breve histórico da origem das associações

Segundo Veiga e Rech (2001), o associativismo e o cooperativismo fizeram parte da formação de trabalhadores, tendo como origem nos artesãos, organizações, caixas mútuas e nas lutas dos trabalhadores, após a Revolução Industrial, onde primeiramente o associativismo e o cooperativismo eram visto como resistência, e depois como grandes conquistas dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores ingleses de se associarem, desde o começo tinha como base o dever de exercer uma cidadania ativa. Além de valorizar a liberdade pessoal, de imprensa, de reunião e de expressão, sempre utilizando essa tradição, o que resultou no fortalecimento do movimento operário. Outro ponto forte é a cultura da aprendizagem autodidata, com isso eles investiram em ações para alfabetização, escolas dominicais, criação de imprensa própria para propagar as ideias e discussões.

Segundo os mesmos autores, essas atitudes procuravam melhorar a qualidade de vida das pessoas, a integração das mesmas, manterem seus direitos, propor soluções para seus bairros, municípios e até mesmo seu país. E principalmente, se fortaleceram como indivíduos coletivos ativos, atuando em transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Conforme Veiga e Rech (2001), no Brasil um exemplo do processo associativista é a Liga Camponesas. De acordo com Gaspar (2009), as primeiras Ligas surgiram em 1945, oriundas da redemocratização do país após a ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis através de uma iniciativa do atual legalizado Partido Comunista Brasileiro. Foram criadas Ligas em vários estados brasileiros, mas os que mais se destacaram foram Pernambuco e Paraíba. As Ligas tinham como objetivo lutar pela reforma agrária e a posse de terras. Com o golpe militar de 1964, o movimento foi desarticulado e seu principal líder foi preso e exilado, o advogado Francisco Julião.

Para Veiga e Rech (2001), na luta contra a carestia, as associações de moradores e as federações também tiveram um papel importante no cenário

associativista, hoje em dia o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas (Anteag) e os sindicatos dos trabalhadores colocam em prática as experiências do movimento associativo.

Cardoso e Carneiro (2010) definiram associação como qualquer iniciativa formal ou informal, onde haja reunião de pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de vencer as dificuldades alcançando melhorias para seus associados. Já Veiga e Rech (2001, p. 38) definem associação da seguinte maneira: “Sociedade de pessoas sem fins lucrativos”. E segundo França *et al.* (2008, p. 79) associação é: “ Sociedade civil, sem fins lucrativos cuja finalidade é representar e defender os interesses dos associados, buscando a melhoria técnica, profissional e social”.

Dentro dessa perspectiva, na Europa há outros projetos um pouco diferenciados e abrangentes como a economia solidária, por exemplo, na Espanha, em Mondragón, a cultura da economia solidária impera, persiste e também enriquece. Ela se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro, hoje conta com mais de oitenta mil cooperados e sua influência inspira outras cooperativas em diversos países. Em Portugal o que difere são as Associações Universitárias, tendo representações na maioria dos cursos. Na faculdade de engenharia existe a Associação dos Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (AEFEUP), onde pude participar de diversas atividades, dentre elas workshops, oficinas, eventos, benefícios como descontos em serviços, apoio acadêmico e conhecer o “Mosaico Social”.

Mosaico Social é um evento com objetivo de qualificar a cultura de cooperação e de partilha numa lógica de reforço e inovação das políticas de desenvolvimento local. Propõe uma reflexão conjunta sobre o contributo das organizações da Economia Social na definição de políticas sociais, bem como os desafios que se colocam a estas entidades e formas de gestão conducentes à sua sustentabilidade, qualidade e contínua inovação social.

Acontecem encontros em ambientes públicos onde convidados apresentam, discutem e argumentam ideias sobre temas diversos, tendo como pano de fundo uma Mostra de Produtos Locais, promovendo e divulgando os recursos tradicionais da região. O Mosaico Social é uma iniciativa conseguida com o envolvimento de várias vontades, que constituem o tecido social da cidade. Suas diretrizes: trocar, aprender, experimentar, conhecer, desafiar, inovar.

Contextualizando o conceito de associação

Para Veiga e Rech (2001, p. 17) associação é "(...) qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados". Existe uma regra na legislação brasileira referente às possibilidades organizativas das associações, e algumas dessas regras devem ser levadas em conta, por exemplo, caso haja o interesse de criar atividades comerciais, o tipo societário mais indicado é sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sociedade de capital e indústria, sociedade anônima ou a microempresa.

Se pretender criar uma associação de natureza civil, como ação social, promoção e mobilização, assistência e serviços, deve-se optar por serem "com fins lucrativos" (empresas que visam adquirir finanças aos seus proprietários) ou optar por serem "sem fins lucrativos" (cujo objetivo é de servir desinteressadamente ao coletivo).

Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação ou seu objetivo, podemos dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno dos seus interesses e que sua constituição permite a construção de condições para maior e melhor realização dos seus objetivos. (VEIGA E RECH, 2001, p. 18)

Segundo os mesmos autores a característica da associação é a união de duas ou mais pessoas com a intenção de realizar seus objetivos em comum, com seu patrimônio sendo constituído pela contribuição dos sócios, doações ou subvenções e tendo a tomada de decisões pelos seus associados de maneira livre.

As associações são, portanto, entidades constituídas de pessoas, dirigidas por uma Diretoria Eleita, cujas funções estão subordinadas às vontades coletivas e democráticas de seus associados e cristalizadas nos seus estatutos, aprovados em assembleia geral. (VEIGA E RECH, 2001, p. 19)

A partir da Constituição de 1988, as associações exerceram uma representação que não possuíam anteriormente, dando espaço para ações coletivas para defender os interesses de uma comunidade ou de um grupo de trabalhadores. Essas entidades sem fins lucrativos eram nomeadas de diversas formas como iniciativas assistenciais, entidades de apoio, ONGs, sindicatos, fundações ou

organizações sociais.

Para Veiga e Rech (2001) na última década, as associações se espalharam a ponto de ser a forma de organização mais utilizada por produtores de pequeno porte, para tornar mais viáveis as atividades produtivas realizadas coletivamente e a sua própria comercialização. Esta forma de utilização de associação é contestável, uma vez que não é da natureza das associações se dedicarem ao comércio, mas apenas à assistência social, desta forma, os pequenos produtores desconheciam até certo ponto as possíveis reações da Receita Federal, para as constituir em intermediárias de comercialização de produtos em quase todo o país. Para a realização das atividades comerciais, o mais adequado é a cooperativa, porém a associação é mais fácil administrada e seus custos são mais acessíveis.

Conforme Veiga e Rech (2001), muitas associações são denominadas de várias formas, podem ser associações, centros, institutos, etc., os mais comuns são:

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	FINALIDADE
Associações Filantrópicas	É a reunião de voluntários com o objetivo de prestar assistência social a pessoas como crianças, idosos, pessoas carentes.
Associações de Pais e Mestres	É a representação da comunidade escolar com o objetivo de melhores condições na educação e inclusão sociocultural.
Associação de Defesa da Vida	É formada por pessoas que se unem por um problema de marginalização comum. Exemplo: Alcoólicos Anônimos, de prevenção à Aids, de apoio a usuários de droga.
Associações Culturais, desportivas e Sociais	União de pessoas ligadas a atividades artísticas, literárias, desportivas, entre outras. Pode ser estimulada pela necessidade de reeducar e alertar a população sobre questões polêmicas como racismo, rivalidade entre times, liberdade religiosa, etc.
Associações de Consumidores	Esse movimento teve início com a luta das donas de casa contra preços abusivos dos alimentos, as famílias associadas buscam desconto na compra de alimentos, uma vez comprados em grandes quantidades, de forma coletiva.
Associações de Classe	Nessa associação vale citar os conselhos de profissionais, as federações e confederações que representam os objetivos de suas classes empresárias ou trabalhadoras.
Associações de Produtores	São organizadas com o intuito de realizar atividades produtivas. Estão nessa classe as associações de trabalhadores ou de produtores rurais.

FONTE: O autor, 2012.

Princípios do associativismo

Segundo Veiga e Rech (2001) no associativismo não existe uma formalização de princípios, portanto a autora molda os princípios do cooperativismo ao associativismo.

Os princípios são: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos sócios; Participação econômica dos sócios; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Integração e Interesse pela Comunidade.

O princípio da Adesão voluntária e livre segue os mesmos mecanismos já citados nos princípios do cooperativismo, da mesma maneira que o princípio da Gestão democrática pelos sócios.

Porém Veiga e Rech (2001) alteram o princípio da Participação econômica dos sócios, pois nas associações não existe a distribuição de sobras. Segundo os autores os membros devem contribuir igualmente através de taxas ou mensalidades acordadas em assembleia.

Nas transações de compra e venda é comum resultar um excedente, porém o diferencial não é repassado aos associados e sim conforme o estatuto ou decisão da assembleia é criado um fundo de reserva para a associação, ou a prioridade é para custear os objetivos da associação.

O princípio da Autonomia e independência seguem os mesmos objetivos do me, entretanto Veiga e Rech (2001) citam a Constituição no inciso XVIII do artigo 5º: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”, onde assegura a independência das associações. E as associações por utilizarem com mais frequência verbas de terceiros preservam com mais cuidado esse princípio.

Finalizando, conforme os mesmo autores, os princípios da Educação, formação e informação; da Interação e o de Interesse pela comunidade também seguem os mesmos propósitos dos citados no cooperativismo.

Associações versus Cooperativas

De acordo com Veiga e Rech (2001), apesar das associações e cooperativas se complementarem, ambas possuem finalidades diferentes, pois para eles a finalidade da associação é a promoção, educação e assistência. Já as cooperativas por mais que atendam as finalidades da associação, são voltadas à atividade econômica como, por exemplo, viabilizar o negócio produtivo em relação ao conjunto de seus associados.

Conforme os mesmos autores as cooperativas possuem duas grandes vantagens, a primeira é que os associados são donos da iniciativa, conseqüentemente, também são donos do lucro adquirido ou patrimônio, fazendo com que virem sujeitos econômicos autônomos mais facilmente, seja na área econômica ou política, não dependendo futuramente de algum patrão ou do Estado.

E a segunda vantagem é que as cooperativas beneficiam somente pessoas que realizem atividades produtivas pertencentes à cooperativa, e essas mesmas pessoas podem dessa forma receber algum retorno financeiro sem precisar ter algum vínculo empregatício, pois para Veiga e Rech (2001) citando o parágrafo único do artigo 442 da CLT, reconhece-se que não há vínculo empregatício entre associados e a sua respectiva cooperativa.

De acordo com Veiga e Rech (2001, p. 38), ao contrário das cooperativas, as associações possuem duas desvantagens em relação àquelas: 1. Engessam o capital e o patrimônio, isto é, no caso de haver excedente este não pode ser distribuído entre os associados: tem que ser direcionado para a atividade-fim da associação. 2. São menos profissionais, pois não têm uma direção remunerada para poder liberar seu tempo e correr atrás de negócios para a associação.

Porém possuem duas vantagens para grupos que estão iniciando suas atividades de comercializar seus produtos e que ainda não estão preparados para se tornar uma cooperativa, são elas: gerenciamento mais simples e o custo de registro é bem menor do que o da cooperativa.

Veiga e Rech (2001), também apresentam outras diferenças entre associações e cooperativas quanto ao seu patrimônio/capital. A primeira tem seu patrimônio formado por taxa paga pelo associado, doações, fundos e reservas não tendo algum capital social, o qual dificulta a obtenção de financiamento com as

instituições financeiras. Já a segunda possui capital social, facilitando financiamentos perante as instituições financeiras. Capital social para Veiga e Rech (2001, p. 40), “é formado por quotas-partes, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização”.

Para os mesmos autores, no caso de responsabilidades, tanto uma como a outra, não são responsáveis diretamente pelas obrigações adquiridas por ambas as iniciativas, e no caso da cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e nas situações em que determinam que sua responsabilidade, é ilimitada. A diretoria apenas poderá ser responsabilizada se operar sem licença dos associados.

Na associação a área de atuação limita-se aos seus objetivos tendo abrangência nacional, e as cooperativas além de restringir-se junto aos seus objetivos, também se estendem às possibilidades de reuniões com abrangência nacional.

Conforme Veiga e Rech (2001) no critério de distribuição dos resultados financeiros, a associação utiliza de suas sobras obtidas pelos associados em melhorias na própria associação, sendo que nas cooperativas os associados se reúnem na assembleia geral, e após decisão podem tanto dividir de acordo com o volume de negócios de cada associado ou destinar 10% da sobra para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES).

A associação realiza sua tributação anualmente, através de declaração de isenção do Imposto de Renda, enquanto que as cooperativas não pagam Imposto sobre suas atividades com seus associados, apenas deve-se recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Também paga taxas e impostos vindos das ações comerciais.

Para Veiga e Rech (2001), em critérios de fiscalização e na forma de gestão, a associação e cooperativas procedem da mesma maneira, ou seja, no primeiro critério são fiscalizadas pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, no caso das cooperativas, nas operações de comércio, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal, e no segundo critério cada pessoa tem direito a um voto nas decisões em assembléia geral, havendo sempre participação e envolvimento de todos nas tomadas dessas decisões.

Questionamentos e reflexões antes de abrir uma associação

a) Por que e para que fundar uma associação?

Conforme Veiga e Rech (2001), a princípio a fundação de uma associação tem como o objetivo geral solucionar problemas concretos, com base na participação e na democracia. O motivo pelos quais as pessoas integram uma associação é o fato de que, a soma de esforços, dinheiro, equipamentos, vontade, facilita a atingir os objetivos.

As pessoas se sentem mais confiantes trabalhando em grupo, enfrentando as dificuldades e buscando a qualidade de vida. Criam laços de amizade e solidariedade, quebrando o individualismo. Aumentam o nível de conhecimento em relação à cidadania, e o poder de resistência do grupo, e também um aumento nas possibilidades do grupo ter influências em políticas comunitárias e municipais.

O trabalho em grupo das associações consegue também os benefícios de conseguir vender por preço melhor e conseguem prazos maiores para crédito, compra de insumos com preço de atacado, eliminar intermediários, baratear o frete, entre outras vantagens.

b) Quais os benefícios que o associativismo entre associações traz?

Para Veiga e Rech (2001), compras conjuntas trazem melhores formas de pagamentos e preços mais justos.

Aquisição de equipamentos com utilização comunitária, isso viabiliza a economia, pois ao invés de comprar vários equipamentos as associações compram apenas um e podem usar em conjunto.

Podem contar com a central de manutenção que presta serviços para um conjunto de pequenas associações. Crescimento econômico para a região onde estão sediadas. As redes, federações e confederações conseguem produção em larga escala, comercialização de grande porte e o *marketing* feito em grupo torna-se menos custoso. (VEIGA E RECH, 2001)

c) Quando montar uma associação?

De acordo com Veiga e Rech (2001), deve ser analisada, a existência entre os participantes do grupo a identidade e união entre eles e quais são as finalidades de iniciativa.

Para obter sucesso no trabalho da associação, é preciso que haja uma integração entre os participantes, confluência de interesses e propostas que possam garantir coesão para a realização de projetos e superação de problemas.

A finalidade da associação está ligada com a questão de aonde chegar com tal projeto, os objetivos a serem alcançados devem estar claros para todos.

Segundo os mesmos autores, deve haver um planejamento de ações, que possa sempre ser alterado de acordo com as necessidades diárias que possam surgir. Ele minimiza as chances de erros, economiza tempo e recursos. Para que o planejamento tenha êxito, as pessoas devem agir como grupo, ter os objetivos comuns e respeitar as opiniões de todos, ganharem na persuasão e convencimentos.

d) Quais os problemas mais enfrentados em uma associação?

Segundo Veiga e Rech (2001), dentre os problemas são resultados econômicos negativos da associação, os resultados não alcançados, acato por parte dos associados em relação às decisões dos assessores.

O paternalismo por parte dos associados era o fato de esperar alguém resolver os problemas da associação, sendo que deveria ser discutido a respeito.

Mistura do capital da associação com o particular. Como os ganhos eram iguais entre as partes, alguns trabalhavam de menos, gerando discórdia entre os associados.

Conforme os mesmos autores os mais jovens perderam o interesse pela associação, pelo fato de que as decisões eram decididas pelo integrante mais velho que tinha mais experiência.

A educação associativista não avançou para fora da associação, deixando de existir outras associações, e não surgindo uma rede local impedindo o fortalecimento dos laços de negócios.

De acordo com Veiga e Rech (2001) algumas ações inviabilizam as associações, como o não comparecimento diário do associado, isso o impede de exigir alguma coisa; encontrar apenas falhas no trabalho alheio; falar mal da administração sem que faça algo a respeito para mudar alguma situação; estar sempre em desacordo com os objetivos da associação; não preencher questionários; não ler as comunicações alegando não serem proveitosas, entre outras.

3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AEUFPR

A evolução histórica do processo de construção da AEUFPR acompanhou as transformações econômicas e sociais, que possibilitou conhecer formas alternativas de organizações e trabalho, as quais levaram esta pesquisa a um caráter demonstrativo que constituísse verdadeiro produto de conhecimento e troca de saberes entre todos os envolvidos em uma associação. Surgiu devido o ideal de união, propondo espaços onde exista a oportunidade de trabalhar em igualdade, de forma solidária, sem patrões ou empregados.

A diversidade sociocultural-profissional forma a interdisciplinaridade social, que é a base do associativismo/cooperativismo. No capitalismo, o capital explora o homem. No socialismo, o Estado explora o homem. No associativismo/cooperativismo, o homem utiliza o capital para explorar o seu trabalho. No associativismo/cooperativismo não existe desigualdade totalitária; cada sócio recebe conforme sua produção. (ABRANTES, 2004).

A pesquisa foi a continuidade do Projeto de Aprendizagem desenvolvido durante a graduação no curso de Gestão e Empreendedorismo que teve a finalidade de registrar escolas, universidades, associações, cooperativas e alguns projetos sociais do município de Matinhos, com a intenção de uni-los, para que haja uma nova representação, engajada nas reais problemáticas locais. Tem como referência o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, e o aprofundamento metodológico e científico escolhido para a pesquisa final da pós-graduação foi a etapa, 'Propor e Agir', que é a transição para o exercício profissional indo de encontro aos conceitos da especialização, que é trabalhar junto as dificuldades socioeconômicas,

educacionais e ambientais da região. Foi direcionado para atender e buscar meios de solucionar a desigualdade social, voltada para o meio acadêmico, dar condições ao aluno de ampliar e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a relação de trabalho e renda da sociedade. Trata-se da elaboração de uma associação que possa atuar nos mais variados setores, públicos e privados, exercendo função de planejamento, gestão, execução e avaliação de projetos sociais, educacionais, ambientais, culturais e de saúde.

Concepção e elaboração do estatuto da AEUFPR

Durante a pós-graduação, entre várias alternativas de trabalhos a serem elaborados, resgatei o projeto de graduação para tentar implementá-lo. Compreendi que para atingir o meio necessitava estar no meio, portanto para a realização do evento “Mosaico Social” em Matinhos, precisaria fazer parte de alguma associação ou cooperativa, então me uni aos colegas da UFPR Litoral para argumentar sobre o assunto, e após diversas reuniões decidimos criar uma associação de estudantes.

Nasce da vontade coletiva de estudantes e ex-estudantes da UFPR, de não apenas criar o mosaico social, mas de uma participação e colaboração efetiva de uma representação estudantil engajada na fomentação em planos de ações, preparando os estudantes para desenvolver a região. Durante as reuniões vimos que a associação abrange diversos setores e iniciativas, possibilitando o real engajamento com a sociedade, assim como acesso a recursos privados e governamentais, entre outras possibilidades. Usamos cinco modelos de associações brasileiras e uma europeia para elaborar o estatuto da AEUFPR.

A princípio o objeto social que consta no estatuto de fundação da associação, propõe aos estudantes congregar e incentivar o ingresso e a permanência na universidade, proporcionar uma ampla integração, união e companheirismo recíprocos entre os universitários. Estabelecer convênios com as Prefeituras Municipais a fim de buscar auxílio ao transporte dos universitários residentes em Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Criar convênios com médicos, farmácias, clubes, academias, hotéis, pousadas, imobiliárias, restaurantes, gráficas, papelarias, de forma

proporcionar benefícios e descontos aos associados. Promover, participar e organizar promoções de cunho cultural e social, sendo o superávit revertido em benefício dos estudantes associados no custeio de materiais. Fazer a inserção de uma rádio comunitária universitária sem fins lucrativos. Comercializar artigos do vestuário e acessórios, sendo fator de recurso para a manutenção da associação. Administrar os bens e patrimônio da associação com o objetivo de facilitar o uso desta por parte dos associados e manter ex-alunos da universidade vinculados aos eventos, projetos e convênios da AEUFPR, estabelecendo contato com os novos estudantes para compartilhar experiências.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os breves históricos apresentados têm como finalidade, propor soluções para alguns problemas do descompasso das políticas públicas em assistir essa população em termos de infraestrutura. Sob a perspectiva de promover geração de emprego e renda para a comunidade, a população acadêmica, de uma área ambientalmente privilegiada, mas fragilizada com a quantidade de desemprego e ocupações territoriais, levando em conta o período da sazonalidade populacional e a relevância da renda deste curto período. Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política (FREIRE, 2000: p. 86).

No contexto atual o “mal” dos planos seria a idealização dos processos sociais que transformam projeto em ação, pelo não reconhecimento de que a dominação, a opressão, a subordinação institucionalizam-se na sociedade e constituem a estrutura na qual se processam as ações. A prática transformadora passa então pela consciência crítica e pelo questionamento desta institucionalidade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo, Rio de Janeiro, Editora Interciência, 1ª edição 2004.

Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto –
<http://www.aefeup.pt/> Consulta em 07/10/2012 às 10:00 horas.

BIGARELLA, J. J. Matinho... homem e terra – reminiscências. 2 ed. Ampl. Matinhos/PR: Prefeitura Municipal de Matinhos/Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N. Associação, o que é. Disponível em <
<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/02.htm>> Acesso em 10 out. 2012.

CRÚZIO, H. O., Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANÇA, BARBARA et al. Guia de Economia Solidária – u porque na organizar cooperativas para populações carentes. 1 ed. Niterói: Editora EdUFF, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

GIL, A.C., Como Elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
IRION, J. E. O. Cooperativismo e Economia Social. 1. ed. São Paulo: Editora STS, 1997.

KREUTZ, I. T. Cooperativismo passo a passo. 7. ed., Goiânia: Trênio, 2004

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política/Karl Marx; Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UFPR Litoral – Universidade Federal do Paraná Setor Litoral:
<http://www.litoral.ufpr.br/> Consulta em 04/08/2012 as 12:00 horas.

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas Referências/ Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas. – Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

Universidade Federal do Paraná - <http://www.ufpr.br> Consulta em 07/10/2012 às 13:00 horas.

VEIGA, S. M.; RECH, D., Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.